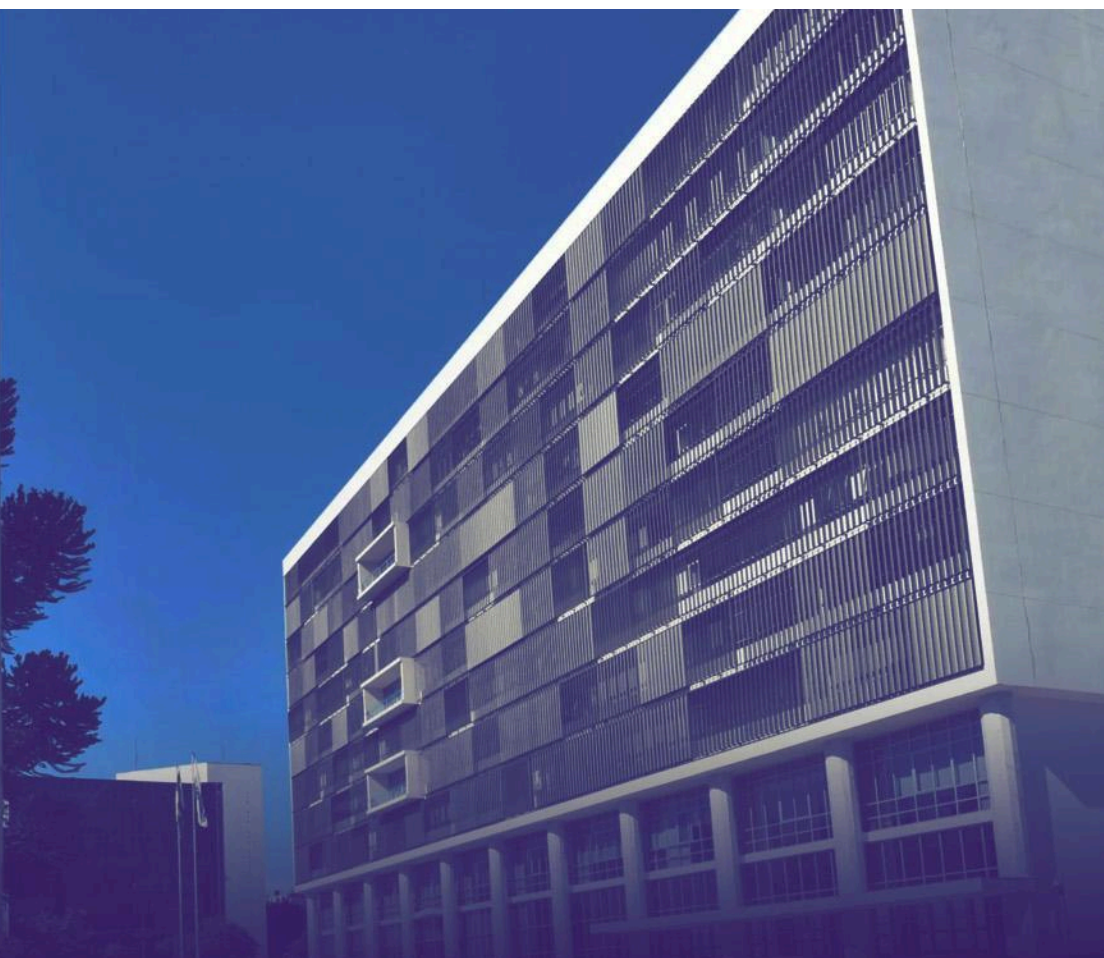
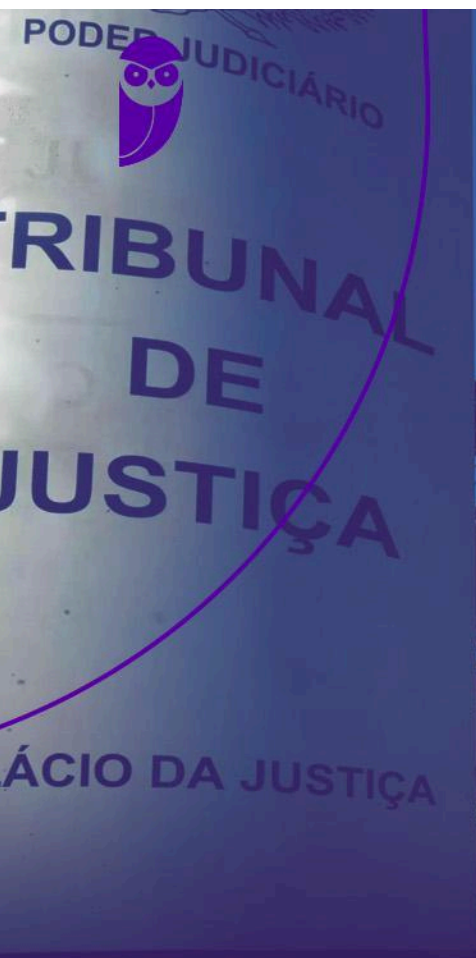


1ª Rodada - TJ-PR (Técnico Judiciário)

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Rodadas
Avançadas de Simulados - 2025 (Pós
Edital)*

Autor:
Sérgio Furtado Filho

16 de Agosto de 2025



TJ PR

(Técnico Judiciário)
2025 (Pós-Edital)



Gabarito Preliminar

Rodada Avançada TJ-PR (Técnico Judiciário)

01	C	13	B	25	B	37	E	49	D
02	D	14	C	26	A	38	C	50	B
03	C	15	B	27	C	39	D	51	B
04	NULA	16	C	28	E	40	C	52	A
05	NULA	17	C	29	B	41	C	53	E
06	E	18	A	30	A	42	A	54	D
07	D	19	C	31	A	43	E	55	E
08	E	20	E	32	B	44	D	56	A.
09	D	21	E	33	C	45	C	57	B
10	C	22	E	34	E	46	D	58	D
11	A	23	E	35	A	47	E	59	E
12	B	24	D	36	B	48	C	60	A

RANKING

Clique no link para visualizar o ranking ou copie e cole no seu navegador.

<http://estrategi.ac/rzquhh>

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/ZquhFz7Kx7jG8Fyu7>

GABARITO DEFINITIVO E RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Ao final de **quinta-feira (26/06)**, o gabarito definitivo, o ranking geral e os relatórios detalhados de desempenho serão liberados na sua área do aluno.

RECURSOS

O prazo para enviar recursos se encerra na **terça-feira (24/06)**, às **12:00h**.

<http://estrategi.ac/8lwuso>



LÍNGUA PORTUGUESA**O paradoxo da conexão**

Vivemos em uma era de hiperconectividade. A todo instante, notificações nos puxam para dentro de ambientes digitais que, embora repletos de informação, muitas vezes nos afastam do pensamento reflexivo. Paradoxalmente, quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda, de leitura atenta e de silêncio interior.

Essa abundância de estímulos compromete a qualidade da atenção e impacta diretamente a construção do conhecimento. O consumo fragmentado de conteúdos, ainda que em larga escala, tende a não se transformar em aprendizagem efetiva, justamente porque não encontra repouso nem estrutura.

É urgente, portanto, reconfigurar nossa relação com a informação. Não se trata de negar os avanços tecnológicos, mas de integrá-los criticamente ao cotidiano, resgatando práticas cognitivas que favoreçam a compreensão, a análise e a síntese. Em meio à avalanche de dados, pensar continua sendo um ato de resistência.

1. No trecho “Paradoxalmente, quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda...”, o termo “quanto mais” expressa:

- a) consequência
- b) comparação
- c) proporcionalidade
- d) condição
- e) finalidade

Gabarito: C

Comentário:

- A) A estrutura não indica um resultado direto, mas uma relação gradual entre dois fenômenos.
- B) Não há comparação entre elementos distintos, mas uma associação progressiva entre eles.

C) A expressão “quanto mais..., mais...” evidencia uma relação típica de proporcionalidade correlata, em que duas situações se desenvolvem paralelamente.

D) A construção não pressupõe hipótese ou exigência, o que seria típico de estruturas condicionais.

E) O segmento não apresenta propósito, objetivo ou intenção que caracterizem uma ideia de finalidade.

2. Considerando o conteúdo e a argumentação desenvolvidos no texto, assinale a alternativa compatível com a crítica apresentada.

- a) A comunicação digital é retratada como positiva, pois amplia o número de conexões interpessoais.
- b) A convivência presencial é menos eficaz que os laços mantidos virtualmente, segundo o autor.
- c) Pessoal, o texto sugere que a conexão digital é suficiente para garantir escuta ativa e presença genuína.
- d) Há uma crítica implícita à superficialidade dos vínculos mediados por telas.
- e) Veja bem, o autor defende a substituição da escuta presencial por interações assíncronas.

Gabarito: D

Comentário:

- A) A ampliação das conexões é citada no texto, mas com ênfase em como isso pode comprometer a profundidade do vínculo humano.
- B) O texto valoriza a experiência presencial e a escuta genuína, não atribuindo maior eficácia aos laços virtuais.
- C) A crítica central é justamente à ausência de escuta e presença reais em interações digitais.
- D) A superficialidade nas relações digitais é apontada de forma sutil, mas constante, como um dos efeitos da hiperconexão.
- E) Em nenhum trecho há sugestão de que a escuta presencial deva ser substituída por formas digitais de comunicação.



3. No trecho “quanto mais nos conectamos, mais escassos se tornam os momentos de escuta profunda”, a oração introduzida por “quanto mais” exerce função de:

- a) oração adverbial de comparação
- b) oração adverbial de condição
- c) oração adverbial proporcional
- d) oração adverbial final
- e) oração adjetiva explicativa

Gabarito: C

Comentário:

- A) A estrutura não envolve elementos distintos postos em paralelo ou em grau de igualdade ou superioridade, como ocorre nas comparações.
- B) O enunciado não apresenta hipótese ou pressuposto, como se espera em construções condicionais.
- C) Ocorre uma relação de proporcionalidade: o aumento de um fator (“conectamos”) implica o aumento de outro, de sinal oposto (“escassos se tornam”). Essa construção é típica de orações subordinadas adverbiais proporcionais.
- D) Não há intenção de expressar finalidade, ou seja, um propósito relacionado à ação principal.
- E) O trecho não tem valor explicativo nem exerce a função de modificar um nome, como ocorre com orações adjetivas.

4. No trecho “perdemos a escuta genuína, aquela que não se apressa a responder, mas a **compreender**”, a expressão destacada tem como núcleo uma forma verbal que:

- a) indica ação reflexiva e está conjugada na primeira pessoa do singular
- b) expressa uma ação contínua em construção com valor progressivo
- c) apresenta voz passiva e indica um processo involuntário

d) funciona como adjetivo e caracteriza o substantivo anterior

e) opera como sujeito composto da oração subordinada adjetiva

Gabarito: ANULADA

Comentário:

Na versão original do simulado a expressão “compreender” não veio destacada, por isso houve anulação.

- A) Apesar de “compreender” estar associada à primeira pessoa do plural, “perdemos”, o trecho destacado é outro, e a expressão verbal não está conjugada reflexivamente.
- B) A ação não está representada por uma locução com valor de progressividade, trata-se de forma simples no infinitivo.
- C) A forma verbal não está na voz passiva, pois não há agente ou sujeito paciente envolvido na construção.
- D) Pessoal, o termo “compreender” atua como núcleo de uma oração reduzida que tem função adjetiva, qualificando o substantivo “escuta”. É, portanto, uma estrutura com valor adjetivo, que caracteriza o tipo de escuta a que se refere o texto.
- E) A expressão destacada não exerce função de sujeito, e sim de parte do predicado de uma oração com sentido adjetivo.

5. No trecho “Se estamos sempre ocupados com múltiplas notificações, que lugar sobra para escutar o outro de verdade?”, a palavra “que” introduz uma oração que:

- a) atua como aposto explicativo, retomando “notificações”
- b) exerce função de pronome relativo e introduz oração adjetiva
- c) expressa finalidade da oração principal
- d) é uma conjunção integrante e introduz pergunta indireta



e) equivale a “quanto” e expressa quantidade indeterminada

Gabarito: ANULADA

Comentário:

O termo “que”, no trecho apresentado, atua como pronome interrogativo, introduzindo uma oração interrogativa direta.

Nenhuma das alternativas corresponde corretamente a essa classificação, motivo pelo qual a questão está anulada.

6. Considerando o gênero e a estrutura do texto, é correto afirmar que ele se organiza predominantemente como:

- a) artigo de opinião, com argumentação subjetiva e caráter opinativo
- b) crônica narrativa, centrada em experiências pessoais do autor
- c) texto dissertativo-expositivo, com análise neutra e objetiva de dados
- d) texto injuntivo, com predomínio de verbos no imperativo e tom normativo
- e) dissertação argumentativa, com tese, desenvolvimento e conclusão crítica

Gabarito: E

Comentário:

- A) O texto tem marcas opinativas, mas é mais estruturado e articulado do que um simples artigo de opinião. A argumentação é mais formal.
- B) Não há foco em narrativas pessoais ou em elementos literários típicos de crônicas. Trata-se de uma dissertação argumentativa.
- C) O conteúdo não é expositivo no sentido técnico: há posicionamento, crítica e desenvolvimento de uma tese.
- D) Textos injuntivos geralmente têm finalidade instrucional, com verbos no imperativo, o que não ocorre aqui.
- E) A estrutura segue o modelo clássico de dissertação argumentativa: apresenta um ponto

de vista, desenvolve ideias que o sustentam e encerra com reflexão crítica.

7. De acordo com as diretrizes do Manual de Redação da Presidência da República (2018), é correto afirmar que:

- a) a impessoalidade na redação oficial impede o uso da primeira pessoa do plural, como “informamos” ou “solicitamos”
- b) o uso do vocativo “Senhor Presidente da República” deve ser evitado, pois a linguagem deve ser sempre objetiva e direta
- c) a redação oficial deve adotar linguagem rebuscada e uso frequente de expressões latinas para demonstrar formalidade
- d) a clareza e a concisão são princípios fundamentais, sendo recomendável evitar o uso de jargões técnicos desnecessários
- e) o emprego da norma culta restringe o uso de verbos no infinitivo ou na forma impessoal em documentos oficiais

Gabarito: D

Comentário:

- A) O uso da primeira pessoa do plural é plenamente aceito no padrão da redação oficial quando o emissor representa um órgão ou entidade. Isso preserva a impessoalidade institucional.
- B) O vocativo é necessário quando o documento é dirigido a uma autoridade específica. O Manual orienta seu uso com clareza e formalidade.
- C) A recomendação é exatamente contrária: deve-se evitar termos eruditos, latinismos e rebuscamentos. A linguagem deve ser acessível.
- D) Clareza e concisão são princípios norteadores da redação oficial. O texto deve ser direto, objetivo e evitar termos técnicos quando não indispensáveis.
- E) Verbos no infinitivo impessoal, como “informar” ou “encaminhar”, são comuns em comunicações oficiais e contribuem para a uniformidade da linguagem.



8. Com base nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2018), é adequado o uso do seguinte padrão de tratamento em um documento endereçado a uma autoridade do Poder Judiciário:

- a) A Sua Excelência o Senhor Doutor Juiz Federal, informamos que o processo foi arquivado conforme determinação normativa.
- b) Excelentíssimo Senhor Juiz Federal, vimos por meio deste encaminhar os autos para julgamento.
- c) Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal, comunicamos que as providências foram tomadas.
- d) Senhor Doutor Juiz Federal, venho por meio deste apresentar minhas considerações.
- e) À Vossa Excelência, comunicamos o cumprimento da decisão judicial, conforme solicitado.

Gabarito: E

Comentário:

- A) Apesar de estar formalmente estruturada, o uso de "A Sua Excelência" está incorreto. O correto é "À Vossa Excelência" quando o enunciador se dirige diretamente à autoridade.
- B) A expressão "Excelentíssimo Senhor" é redundante e desnecessária; o correto é "Excelência" ou "Vossa Excelência".
- C) A forma "Ao Excelentíssimo Senhor Doutor..." é excessiva e rebuscada. O manual orienta evitar mesclas desnecessárias de pronomes com títulos acadêmicos.
- D) O uso de "venho por meio deste" e o emprego da primeira pessoa "minhas considerações" são inadequados à impessoalidade e ao padrão institucional exigido.
- E) O pronome de tratamento usado é o adequado para magistrados, e a forma verbal na primeira pessoa do plural segue a norma de impessoalidade recomendada.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

9. Um reservatório foi preenchido até $\frac{3}{5}$ de sua capacidade com água potável. Em seguida, foram adicionados mais 1.200 litros, completando totalmente o reservatório. Qual é a capacidade total desse reservatório?

- a) 1.800 litros
- b) 2.000 litros
- c) 2.400 litros
- d) 3.000 litros
- e) 3.600 litros

Gabarito: D

Comentário:

Pessoal, se $\frac{3}{5}$ do reservatório estavam cheios, restavam $\frac{2}{5}$. Esses $\frac{2}{5}$ correspondem a 1.200 litros, então $\frac{1}{5}$ equivale a 600 litros. Multiplicando por 5, obtemos a capacidade total: $600 \times 5 = 3.000$ litros.

10. Em uma biblioteca, 120 alunos foram entrevistados sobre a leitura de dois gêneros: romances e biografias. Sabe-se que 70 alunos leem romances, 55 leem biografias e 20 não leem nenhum dos dois gêneros. Assinale a alternativa que corresponde ao número de alunos que lê os dois gêneros:

- a) 5
- b) 15
- c) 25
- d) 35
- e) 45

Gabarito: C

Comentário:

Se 20 alunos não leem nenhum dos gêneros, então 100 leem pelo menos um deles. Usando o princípio da inclusão-exclusão:

$70 + 55 - x = 100 \rightarrow x = 125 - 100 = 25$ alunos que leem ambos.



11. Um produto foi reajustado duas vezes: primeiro sofreu um aumento de 25% e, depois, um desconto de 20% sobre o novo valor. Sabendo que o valor inicial do produto era R\$ 200,00, assinale a alternativa correspondente ao valor final:

- a) R\$ 200,00
- b) R\$ 210,00
- c) R\$ 215,00
- d) R\$ 220,00
- e) R\$ 225,00

Gabarito: A

Comentário:

Veja só: primeiro aumentamos 25% sobre R\$200, o que dá R\$50. Então o novo valor é R\$250.

Depois, aplicamos um desconto de 20% sobre R\$ 250, que equivale a R\$50.

Assim, voltamos para R\$200. Ou seja, apesar das variações, o valor final é exatamente igual ao inicial.

12. Observe a sequência a seguir:

2, 4, 7, 11, 16, 22, ...

Considerando a regularidade dessa sequência, assinale a alternativa que corresponde ao próximo número.

- a) 28
- b) 29
- c) 30
- d) 31
- e) 32

Gabarito: B

Comentário:

A sequência apresenta uma regularidade crescente: a cada passo, soma-se um número que aumenta em 1 unidade.

Veja:

$$2 + 2 = 4$$

$$4 + 3 = 7$$

$$7 + 4 = 11$$

$$11 + 5 = 16$$

$$16 + 6 = 22$$

$$22 + 7 = 29$$

Logo, o gabarito é a alternativa B.

13. Considere as seguintes proposições:

P: João estuda.

Q: Maria trabalha.

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à negação da proposição composta:

"João estuda e Maria trabalha."

- a) João não estuda e Maria não trabalha.
- b) João não estuda ou Maria não trabalha.
- c) Se João estuda, então Maria não trabalha.
- d) João estuda ou Maria trabalha.
- e) Maria não trabalha ou João estuda.

Gabarito: B

Comentário:

A proposição "João estuda e Maria trabalha" é uma conjunção: $P \wedge Q$.

A negação da conjunção segue a Lei de De Morgan, que diz:

$$\neg(P \wedge Q) \equiv \neg P \vee \neg Q$$

Aplicando isso ao enunciado:

$\neg(\text{João estuda} \wedge \text{Maria trabalha})$ equivale a João não estuda ou Maria não trabalha.

É muito comum a banca AOCP testar esse tipo de transformação com proposições simples, exigindo atenção à estrutura lógica da frase.

14. Considere a proposição composta:

"Se Pedro estuda, então ele será aprovado."

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à negação lógica dessa proposição.

- a) Pedro estuda ou ele será aprovado.



- b) Pedro não estuda ou ele não será aprovado.
c) Pedro estuda e ele não será aprovado.
d) Pedro não estuda e ele será aprovado.
e) Se Pedro não for aprovado, então ele não estudou.

Gabarito: C

Comentário:

A proposição apresentada é uma condicional: $P \rightarrow Q$, onde:

P: Pedro estuda

Q: Pedro será aprovado

A negação da condicional não é “Pedro não estuda ou ele não será aprovado” (isso seria equivalente à contrarrecíproca).

A verdadeira negação de uma condicional é a conjunção entre o antecedente e a negação do consequente, ou seja:

$P \wedge \neg Q$

Em linguagem natural: Pedro estuda e ele não será aprovado.

15. Considere a seguinte afirmação:

“Todos os servidores públicos daquele setor são pontuais.”

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a negação lógica dessa proposição.

- a) Nenhum servidor público daquele setor é pontual.
b) Alguns servidores públicos daquele setor não são pontuais.
c) Todos os servidores públicos daquele setor são impontuais.
d) Nenhum servidor público daquele setor deixa de ser pontual.
e) Alguns servidores públicos daquele setor são pontuais.

Gabarito: B

Comentário:

A frase “Todos os servidores públicos daquele setor são pontuais” tem o formato de uma proposição universal afirmativa, com quantificador “todos”.

A negação de uma proposição universal afirmativa é feita por meio de uma existencial negativa, ou seja, em vez de afirmar que todos têm uma característica, dizemos que pelo menos um não tem.

16. Considere o seguinte argumento:

Se o servidor foi convocado, então ele compareceu à audiência.

O servidor não compareceu à audiência.

Logo, o servidor não foi convocado.

Esse argumento é:

- a) Válido, pois aplica o modus ponens.
b) Inválido, pois nega o consequente.
c) Válido, pois aplica o modus tollens.
d) Inválido, pois afirma o consequente.
e) Válido, pois aplica uma equivalência lógica.

Gabarito: C

Comentário:

Pessoal, esse argumento segue a estrutura lógica da forma válida chamada modus tollens.

No modus tollens, parte-se de uma condicional do tipo “Se P, então Q” ($P \rightarrow Q$), e, ao se constatar que Q é falso ($\neg Q$), conclui-se que P também é falso ($\neg P$).

Aplicando ao enunciado:

P: o servidor foi convocado

Q: ele compareceu à audiência

Afirmou-se: $P \rightarrow Q$

Depois: $\neg Q$ (não compareceu)

Conclusão: $\neg P$ (não foi convocado)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA



17. Um servidor da Defensoria Pública precisa enviar um arquivo que contém 8 documentos escaneados em alta resolução, totalizando 22 MB. Sabendo que o limite de envio por e-mail da instituição é de 15 MB, assinale a opção abaixo que representa a solução tecnicamente mais adequada.

- a) Apagar parte dos documentos para reduzir o tamanho do arquivo e permitir o envio.
- b) Mudar a extensão do arquivo de .pdf para .txt, esperando que o tamanho diminua.
- c) Compactar o arquivo usando um programa como o WinRAR, dividindo-o em volumes menores que 15 MB.
- d) Imprimir os documentos e digitalizá-los novamente com menor resolução.
- e) Copiar o arquivo para um pendrive e colocá-lo no scanner para envio automático.

Gabarito: C

Comentário:

- A) Apagar parte dos documentos compromete o conteúdo e a integridade do arquivo. Não é uma solução aceitável tecnicamente nem funcionalmente.
- B) Alterar a extensão do arquivo não modifica seu conteúdo nem seu tamanho real. Isso pode inclusive corromper o arquivo ou torná-lo ilegível.
- C) Pessoal, existem softwares como WinRAR ou 7-Zip que permitem dividir o arquivo compactado em volumes menores, ideais para envio em partes por e-mail, essa é a solução mais adequada.
- D) Refazer o processo de digitalização não é prático e representa desperdício de tempo e recursos. Além disso, a qualidade do conteúdo pode ser prejudicada.
- E) Scanners não têm capacidade de enviar arquivos a partir de pendrives.

18. No contexto do Microsoft Excel 365 (em português), considere que um usuário deseja

somar automaticamente os valores das células A1 até A10, assinale a alternativa que contém a sintaxe correspondente.

- a) =SOMA(A1:A10)
- b) =SOMAR(A1;A10)
- c) =ADICIONAR(A1:A10)
- d) =SOMA(A1-A10)
- e) =SOMA(A1+A10)

Gabarito: A

Comentário:

- A) A função =SOMA(A1:A10) utiliza a sintaxe adequada para somar um intervalo contínuo de células no Excel. O uso dos dois-pontos (:) indica intervalo de A1 até A10, o que está absolutamente de acordo com a lógica do programa.
- B) Não existe função SOMAR no Excel. A tentativa de utilizar ponto e vírgula em vez de dois-pontos também indica erro de sintaxe e entendimento do operador correto.
- C) A função ADICIONAR não faz parte do conjunto de comandos do Excel.
- D) Aqui, o uso de hífen (A1-A10) entre as células implica subtração e não define um intervalo.
- E) Esta fórmula soma apenas duas células específicas (A1 e A10), ignorando as intermediárias (A2 até A9), o que foge da proposta da questão.

19. Assinale a alternativa que apresenta uma informação incorreta sobre os softwares utilitários mais comuns usados em ambientes computacionais.

- a) Antivírus são softwares que detectam, bloqueiam e removem arquivos maliciosos do sistema operacional.



- b) Compactadores de arquivos, como o WinRAR e o 7-Zip, servem para reduzir o tamanho de arquivos e pastas.
- c) Reprodutores de vídeo, como o VLC, são ferramentas usadas exclusivamente para edição de vídeos de longa duração.
- d) Clientes de e-mail, como o Thunderbird e o Outlook, permitem o gerenciamento de múltiplas contas de e-mail em uma mesma interface.
- e) Visualizadores de imagem são softwares destinados à abertura e visualização de arquivos em formatos como JPEG, PNG e BMP.

Gabarito: C**Comentário:**

- A) Antivírus atuam na prevenção, detecção e remoção de ameaças, sendo essenciais para manter a integridade do sistema.
- B) Compactadores auxiliam na organização e transmissão de dados, sendo úteis para envio por e-mail e backups.
- C) Reprodutores de vídeo têm a função de exibir arquivos multimídia, não de editá-los. Softwares de edição exigem ferramentas especializadas.
- D) Pessoal, clientes de e-mail possibilitam a organização centralizada de diversas contas, além de integrarem agenda, contatos e filtros.
- E) Exatamente, visualizadores de imagem são projetados para abrir arquivos gráficos nesses formatos. Eles permitem visualizar imagens, realizar ações simples como zoom, rotação e, em alguns casos, edição básica.

20. No que diz respeito aos recursos e funcionalidades do Microsoft Word 365, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso “Painel de Navegação” serve apenas para localizar palavras-chave por meio da ferramenta de busca, não sendo útil para visualizar a estrutura do documento.
- b) A opção “Mesclar Correspondência” é restrita à criação de etiquetas e não pode ser utilizada para

cartas personalizadas ou envio de e-mails em massa.

- c) A ferramenta “Inserir Tabela” permite apenas a criação de tabelas simples, sem suporte a formatações como sombreado ou bordas diferenciadas.
- d) A funcionalidade “Traduzir” realiza traduções apenas off-line e depende exclusivamente dos dicionários instalados localmente.
- e) O recurso “Controlar Alterações” possibilita acompanhar e revisar as modificações feitas em um documento, permitindo aceitar ou rejeitar cada edição individualmente.

Gabarito: E**Comentário:**

- A) Apesar de o painel permitir buscas, sua principal utilidade é justamente mostrar a estrutura do texto com base nos títulos e subtítulos, tornando a navegação em documentos extensos muito mais ágil.
- B) Essa descrição limita indevidamente o “Mesclar Correspondência”. O recurso vai muito além da criação de etiquetas, permitindo, por exemplo, a personalização de cartas e e-mails a partir de dados externos, como planilhas.
- C) Veja bem, o Word 365 oferece diversas opções de formatação para tabelas, incluindo aplicação de estilos, inserção de sombreado, alteração de bordas e muito mais.
- D) A funcionalidade “Traduzir” requer conexão com a internet e utiliza serviços online, como o Microsoft Translator, sendo capaz de traduzir palavras, frases ou textos completos de forma dinâmica.
- E) Pessoal, O recurso “Controlar Alterações” permite registrar todas as mudanças feitas no documento, facilitando a colaboração entre autores, revisores e editores, com controle individual sobre cada modificação.



21. Com base nos conhecimentos sobre segurança da informação e malwares, assinale a alternativa correta.

- a) O ransomware é um tipo de antivírus que realiza varreduras automáticas para detectar e remover ameaças em tempo real.
- b) O phishing é uma técnica utilizada por profissionais de segurança da informação para testar a resiliência dos sistemas.
- c) O spyware é um software legítimo desenvolvido para proteger dados sensíveis de navegação em redes corporativas.
- d) O firewall é um tipo de vírus que atua ocultamente no sistema operacional, capturando informações sigilosas.
- e) O malware conhecido como ransomware atua criptografando os dados da vítima e exigindo pagamento para liberar o acesso às informações.

Gabarito: E

Comentário:

- A) Veja bem, ransomware não é um antivírus, mas sim um programa malicioso que bloqueia ou criptografa arquivos do usuário para exigir um resgate financeiro.
- B) Pessoal, phishing é uma técnica fraudulenta usada por criminosos, não por profissionais de segurança, com o objetivo de enganar usuários e obter dados como senhas e informações bancárias por meio de comunicações falsas.
- C) Spyware é, na verdade, um programa espião que monitora o comportamento do usuário e coleta dados de forma oculta e não autorizada, comprometendo a privacidade.
- D) Firewall não é um vírus, mas sim uma ferramenta de proteção que pode ser implementada em software ou hardware para controlar o tráfego de rede, bloqueando acessos não autorizados.
- E) Exatamente, o ransomware é um tipo de malware que criptografa os dados da vítima e exige pagamento, geralmente em criptomoeda, para fornecer a chave de descryptografia. É uma das

ameaças mais graves atualmente no cenário da segurança digital.

22. Com base nos principais recursos dos navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome, assinale a alternativa correta.

- a) O modo de navegação anônima no Chrome impede completamente o rastreamento de dados por sites e provedores de internet.
- b) O Firefox não possui suporte nativo a extensões e complementos, exigindo instalação de softwares adicionais.
- c) O Microsoft Edge não permite sincronizar favoritos e senhas entre dispositivos, mesmo com login no navegador.
- d) Tanto o Chrome quanto o Firefox permitem salvar senhas, mas o Edge não possui essa funcionalidade.
- e) Os navegadores modernos permitem navegação sincronizada entre dispositivos por meio de login com conta do usuário, além de oferecerem recursos de segurança como bloqueio de pop-ups, proteção contra sites suspeitos e gerenciadores de senhas.

Gabarito: E

Comentário:

- A) O modo anônimo do Chrome impede o armazenamento de histórico, cookies e dados locais no dispositivo, mas não impede o rastreamento por sites, redes corporativas ou provedores de internet.
- B) Pessoal, o Mozilla Firefox possui suporte completo a extensões, disponíveis diretamente em seu repositório oficial. Basta acessar o menu de complementos e instalar as ferramentas desejadas, sem a necessidade de programas externos.
- C) Veja bem, o Microsoft Edge, quando utilizado com uma conta da Microsoft, permite a sincronização de favoritos, senhas, histórico, extensões e até



abas abertas. Esse é um dos diferenciais da integração com o ecossistema Windows.

D) A alternativa erra ao não atribuir ao Edge essa funcionalidade, todos os navegadores citados possuem mecanismos integrados para salvar e gerenciar senhas, com opções de criptografia e sincronização segura, desde que o usuário esteja autenticado.

E) Os navegadores modernos realmente oferecem todas essas funcionalidades.

23. Em relação à utilização de sistemas de inteligência artificial (IA) em contextos cotidianos e profissionais, assinale a alternativa correta.

a) Ferramentas de IA, como assistentes virtuais, só operam localmente e não se conectam à internet para oferecer respostas ou serviços.

b) Sistemas de IA baseados em aprendizado de máquina não necessitam de dados para realizar inferências ou gerar previsões.

c) Aplicações de IA, como mecanismos de recomendação em streaming, são baseadas em regras fixas programadas manualmente pelos desenvolvedores.

d) O uso de IA em plataformas de busca e redação automática está restrito a softwares de grandes empresas de tecnologia e não pode ser acessado gratuitamente.

e) A inteligência artificial é empregada em diversos serviços, como reconhecimento de voz, sistemas de recomendação, assistentes virtuais, mecanismos de tradução automática e segurança digital.

Gabarito: E

Comentário:

A) Hoje, assistentes virtuais como a Alexa ou o Google Assistente funcionam justamente porque se conectam à internet. Eles acessam servidores em tempo real para buscar respostas, interpretar comandos e interagir com o usuário.

B) Aqui está um ponto fundamental sobre IA: sem dados, ela não funciona. O aprendizado de máquina depende de muitos dados para que o sistema “aprenda” padrões, relacione informações e tome decisões. Não existe IA sem dados.

C) Pessoal, os mecanismos de recomendação que usamos em serviços como Netflix ou Spotify aprendem com o comportamento do usuário. Não são baseados apenas em regras fixas, mas em algoritmos que evoluem com o uso.

D) Essa ideia não procede, existem sim ferramentas de IA gratuitas e acessíveis a qualquer pessoa. Tradutores automáticos, assistentes por voz e até geradores de texto com base em IA já estão disponíveis em versões livres ou com acesso parcial gratuito.

E) Perfeita. A IA está cada vez mais presente no nosso cotidiano: desde o reconhecimento de voz no celular até as sugestões personalizadas nas redes sociais, passando por tradutores automáticos, controle de segurança digital e muito mais.

24. Sobre funcionalidades e recursos dos sistemas operacionais Windows 10 e Windows 11, assinale a alternativa correta.

a) O Windows 10 permite personalização da barra de tarefas, mas essa funcionalidade foi removida no Windows 11 para padronizar a interface com dispositivos móveis.

b) Os sistemas Windows 10 e 11 não oferecem suporte nativo para múltiplas áreas de trabalho (desktops virtuais), sendo necessário instalar programas de terceiros.

c) No Windows 11, o recurso "Snap Layouts" permite organizar janelas na tela de forma automática, mas está disponível apenas em computadores com dois monitores.

d) A Central de Ações (Action Center), que reúne notificações e atalhos de configurações rápidas, foi totalmente substituída no Windows 11 por um



painel dividido entre notificações e configurações rápidas.

- e) O Windows 10 e 11 utilizam apenas o menu "Iniciar clássico", sem suporte para blocos dinâmicos ou personalização de ícones e pastas.

Gabarito: D

Comentário:

- A) O Windows 11 não removeu a possibilidade de personalizar a barra de tarefas. O que houve foi uma reformulação estética e funcional, com algumas limitações no início, mas a Microsoft continua oferecendo opções de ajuste, inclusive com atualizações constantes. A afirmação está equivocada.
- B) Desde o Windows 10, o sistema operacional oferece nativamente a função de múltiplos desktops. É possível criar e gerenciar áreas de trabalho virtuais diretamente pela interface ou pelo atalho Windows + Ctrl + D. Não é necessário nenhum software adicional para isso.
- C) O "Snap Layouts" é uma das novidades do Windows 11 e funciona inclusive em monitores únicos. Esse recurso permite agrupar janelas em diferentes layouts automaticamente, facilitando o trabalho multitarefa independentemente do número de monitores.
- D) Correta. No Windows 10, a Central de Ações exibía notificações e configurações rápidas em um único painel. No Windows 11, esse modelo foi reformulado e os dois componentes passaram a ser exibidos separadamente: um painel exclusivo para notificações e outro para os atalhos de configurações rápidas.
- E) Essa alternativa apresenta uma visão ultrapassada. O menu Iniciar no Windows 10 incorporava blocos dinâmicos (live tiles), e no Windows 11, apesar da mudança no layout, ainda é possível fazer personalizações com atalhos, pastas e ícones ancorados. Portanto, a afirmativa não se sustenta.

LEGISLAÇÃO

25. É um dever das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná:

- a) trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas seguras, salubres, acessíveis e adequadas às atividades laborais.
- b) exercer as atribuições do cargo ou da função com zelo, eficácia, eficiência, excelência e rendimento funcional.
- c) ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação.
- d) participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional.
- e) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado.

Gabarito: B.

Comentário:

A) ERRADO- Esse é um direito (não um dever). Veja: Art. 4º: "São direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná: I - trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas seguras, salubres, acessíveis e adequadas às atividades laborais."

B) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! De acordo com o que dispõe o Art. 5º: "São deveres das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná: III - exercer as atribuições do cargo ou da função com zelo, eficácia, eficiência, excelência e rendimento funcional."



C) ERRADO- Esse é um direito (não um dever). Veja: Art. 4º: III – “ser cientificada, prévia e reservadamente, de forma verbal ou escrita, sobre a exoneração do cargo em comissão, revogação de função comissionada ou de relotação.”

D) ERRADO- Esse é um direito (não um dever). Veja: Art. 4º: IV – “participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional.”

E) ERRADO- Esse é um direito (não um dever). Veja: Art. 4º: V – “estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões relacionadas à atuação profissional na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

26. De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que compete ao Estado do Paraná legislar concorrentemente com a União sobre:

- a) Florestas.
- b) Desapropriação.
- c) Direito comercial.
- d) Informática.
- e) Registros públicos.

Gabarito: A.

Comentário:

A) CERTO- Está de acordo com o que prevê a Constituição do Estado do Paraná, em seu Art. 13: “Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição.”

B) ERRADO- Essa é uma competência legislativa privativa da União, de acordo com a CF/88, Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: II – desapropriação.

C) ERRADO- Essa é uma competência legislativa privativa da União, de acordo com a CF/88, Art. 22. I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

D) ERRADO- Essa é uma competência legislativa privativa da União, de acordo com a CF/88, Art. 22. IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

E) ERRADO- Essa é uma competência legislativa privativa da União, de acordo com a CF/88, Art. 22. XXV - registros públicos.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

27. Helton ocupa o cargo de técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, após mais de dez anos de efetivo exercício, apresentou sintomas de síndrome do pânico, motivo pelo qual ficou afastado durante um ano para tratamento de saúde. Após esse período, o servidor retornou ao trabalho, mas como não consegue mais trabalhar sob demanda, foi lotado em um local condizentes com as novas limitações sofridas por ele.

Nesse caso, segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008 (Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná), pode-se afirmar que Helton foi:

- a) Reintegrado.
- b) Revertido.
- c) Readaptado.
- d) Reconduzido.
- e) Reaproveitado.

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com o que prevê o Art. 26. “A **readaptação** é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.”



Veja que Helton foi readaptado, uma vez que não consegue mais trabalhar sob demanda (pressão), foi lotado em um local condizente com suas limitações mentais. Por isso, não poderá atuar em determinadas atividades.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

28. De acordo com as disposições previstas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, a competência para disciplinar o uso de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para realização de sustentações orais é do:

- a) Procurador-Geral de Justiça.
- b) Ouvidor-Geral de Justiça.
- c) Corregedor-Geral de Justiça.
- d) Vice-Presidente do Tribunal.
- e) Presidente do Tribunal.

Gabarito: E

Comentário:

De acordo com o que dispõe o Art. 11. "São atribuições do **Presidente**:

XXVIII - disciplinar o uso de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para realização de sustentações orais."

Assim, tal atribuição é de competência do Presidente do TJ-PR.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

29. Em relação à Lei nº 13.709/2018, julgue as assertivas a seguir:

- I- A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- II- É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

III- O princípio da prevenção implica na utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) I e III apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II e III.

Gabarito: B

Comentário:

I- CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 4º: "Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos."

II- CERTO- A alternativa exige a literalidade do Art. 8º, § 3º: "É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento."

III- ERRADO- A alternativa descreve o princípio da segurança (não da prevenção). Vejamos a diferença entre os dois: Art. 6º. "As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais".

Veja que embora sejam semelhantes, possuem implicações diferentes.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.



30. No âmbito da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que o princípio da integridade:

- a) É a condição atribuída a dado, informação ou conhecimento de este não ter sido alterado ou destruído de maneira não autorizada.
- b) Determina que o elemento de operações seja estruturado de forma a possibilitar seu imediato acionamento sempre que necessário, com a máxima abrangência possível.
- c) É a condição de se identificar quem produziu, expediu, modificou ou destruiu um determinado conhecimento, informação ou dado sensível.
- d) É a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- e) Estabelece que os profissionais do elemento de operações mostrem-se resistentes a dificuldades e frustrações, a fim de serem capazes de perceber, avaliar e reagir rapidamente a situações adversas e controlar sua atuação de forma a não comprometer as ações operacionais que estão sendo desenvolvidas.

Gabarito: A

Comentário:

A) CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

B) ERRADO- A alternativa descreve o conceito do princípio da disponibilidade. Veja: Art. 4º, VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

C) ERRADO- A alternativa descreve o conceito do princípio da autenticidade. Veja: Art. 4º, VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

D) ERRADO- A alternativa descreve o conceito do princípio da primariedade. Veja: Art. 4º, IX -

primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

E) ERRADO- A alternativa descreve o conceito do princípio da resiliência, um princípio preconizado pela política de inteligência da ABIN. Os Profissionais de inteligência usualmente lidam com contextos complexos e mutáveis. Em campo, esta situação demanda respostas equilibradas e ações de controle.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. As Constituições podem ser classificadas sob diversas óticas distintas, a depender de suas características. De acordo com o entendimento doutrinário, a Constituição Federal de 1988 é classificada como promulgada, uma vez que conta com a participação do povo em sua formulação, já que os legisladores são os representantes eleitos pelo povo.

Essa classificação leva em consideração:

- a) A origem da Constituição.
- b) O conteúdo da Constituição.
- c) A ideologia da Constituição.
- d) A ontologia da Constituição.
- e) A forma da Constituição.

Gabarito: A

Comentário:

Vamos aproveitar esse tema mais “decoreba” para fazer uma revisão geral sobre o tema.

Quanto às classificações, temos:

1- Quanto à origem: A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é considerada **promulgada**, pois conta com a participação do povo em sua formulação, já que os legisladores são os representantes eleitos pelo povo.



- 2- Quanto ao conteúdo: A CF/88 é considerada **formal**, pois é considerada um documento escrito, solene que só pode ser alterada mediante um processo legislativo custoso.
- 3- Quanto à extensão: A CF/88 é considerada **analítica**, pois prevê diversos assuntos e é extensa/prolixa.
- 4- Quanto ao modo de elaboração: A CF/88 é considerada **dogmática**, pois reflete os valores do período em que o texto constitucional é produzido.
- 5- Quanto à ideologia: A CF/88 é considerada **ecclética**, pois é produzida sob diversas ideologias.
- 6- Quanto à finalidade: A CF/88 é considerada **dirigente**, pois contém a previsão de normas programáticas, criando programas vinculantes para o legislador ordinário.
- 7- Quanto à ontologia: A CF/88 é considerada **normativa**, pois foi legalmente criada e está de acordo com a realidade das necessidades e características da sociedade.
- 8- Quanto à alterabilidade: A CF/88 é considerada **rígida**, pois a sua modificação ocorre por meio de um processo legislativo mais rigoroso que o da lei. Inclusive, o controle de constitucionalidade é um atributo que advém dessa característica, pois as Constituições rígidas possuem supremacia formal em relação às normas infraconstitucionais.
- 9- Quanto à forma: A CF/88 é considerada **escrita**, pois é formada por um conjunto de regras formalizadas em um documento escrito.

Veja que a classificação descrita na questão se refere à origem da Constituição. Quanto a origem, temos as seguintes classificações:

- A- Outorgada:** imposta ao povo por quem detém o poder.
- B- Promulgada** (democrática, popular): feita por representantes do povo.
- C- Cesarista:** é outorgada, mas submetida à consulta popular para dar aparência de legitimidade.

D- Pactuada (dualista): fruto do acordo entre duas ou mais forças políticas.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

32. “A Emenda Constitucional é uma espécie de norma jurídica que altera a Constituição. Tem origem a partir de proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo presidente da República, por um terço dos deputados federais ou dos senadores ou por mais da metade das assembleias legislativas do país. (Fonte: Agência Senado, adaptado)”

De acordo com o entendimento doutrinário, é correto afirmar que as emendas constitucionais exteriorizam a atuação do

- a) Poder Constituinte Originário na Administração Pública.
- b) Poder Constituinte Derivado Reformador na Administração Pública.
- c) Poder Constituinte Derivado Decorrente na Administração Pública.
- d) Poder Constituinte Derivado Revisor na Administração Pública.
- e) Poder Constituinte Derivado Retificador na Administração Pública.

Gabarito: B

Comentário:

O Poder Constituinte Derivado, também conhecido como Poder Constituinte de 2º grau, é o poder responsável pela:

- 1- Modificação da Constituição Federal através das Emendas Constitucionais (prevista no art. 60 da CRFB/1988), situação em que ele será conhecido como **Poder Constituinte Derivado Reformador**. Veja: CF/88 Art. 60. “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta (...)”
- 2- Elaboração das Constituições Estaduais pelos estados-membros (prevista no art. 25 da CRFB/1988), oportunidade em que será intitulado como **Poder Constituinte Derivado Decorrente**. Observe: CF/88 Art. 25. “Os Estados organizam-se



e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição”.

- 3- Revisão constitucional que foi realizada após cinco anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, circunstância em que ele é denominado de **Poder Constituinte Derivado Revisor** (prevista no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias- ADCT). Analise: ADCT Art. 3º. “A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral”.

O Poder Constituinte Originário está ligado a criação (inovação) de uma nova Constituição.

OBS: Não existe nenhum Poder Constituinte Derivado Retificador pela doutrina constitucionalista.

Veja, assim, que a questão descreve corretamente o **Poder Constituinte Derivado Reformador**.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

- 33.** Todas as alternativas a seguir preveem princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil à exceção de uma. Assinale-a:

- a) independência nacional.
- b) prevalência dos direitos humanos.
- c) pluralismo político.
- d) concessão de asilo político.
- e) defesa da paz.

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com a CF/88, Art. 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- V - o pluralismo político.” **(LETRA C)**

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional; **(LETRA A)**
- II - prevalência dos direitos humanos; **(LETRA B)**
- VI - defesa da paz; **(LETRA E)**
- X - concessão de asilo político. **(LETRA D)**

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

- 34.** Miguel ocupa o cargo de delegado de polícia do Estado do Paraná e, após tomar um lençol e duas canetas no futebol de domingo, começou a perseguir Gerson, autor dos dribles desconcertantes, ameaçando-o de prendê-lo, mesmo de forma injustificada, por meio de provas fictícias plantadas. Sabendo disso, Gerson busca o auxílio de um advogado para auxiliá-lo nessa situação, uma vez que teme ser preso de forma injusta.

Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o remédio constitucional ideal para proteger Gerson de ser preso injustamente será a(o):

- a) Ação popular.
- b) Habeas data.
- c) Mandado de segurança.
- d) Mandado de injunção.
- e) Habeas corpus.

Gabarito: E

Comentário:

De acordo com o que prevê a CF/88, Art.5º, LXVIII – “conceder-se-á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.”

Veja que Gerson deverá ajuizar um habeas corpus preventivo, se precavendo de ser preso injustamente por abuso de poder/ilegalidade de Miguel.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.



35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é considerado um direito dos trabalhadores urbanos e rurais que é extensível à categoria de trabalhadores domésticos o direito à(ao):

- a) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- b) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- c) proteção em face da automação, na forma da lei.
- d) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Gabarito: A

Comentário:

De acordo com a CF/88, Art. 7º, Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Para fins de didática, deixarei a seguir todos os incisos que os trabalhadores domésticos não possuem direito:

Inciso V- piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. (LETRA E)

Inciso XI- participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Inciso XIV- jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Inciso XX- proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei. (LETRA B)

Inciso XXIII- - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

Inciso XXVII- proteção em face da automação, na forma da lei. (LETRA C)

Inciso XXIX- ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Inciso XXII- proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos. (LETRA D)

Todos os direitos acima não são extensíveis aos trabalhadores domésticos. Porém, o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança está previsto no inciso XXII, previsto expressamente no parágrafo único do artigo 7º, sendo um direito dos trabalhadores domésticos. Veja:

CF/88, Art. 7º, XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. **(LETRA A)**

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

36. De acordo com o entendimento doutrinário, os agentes públicos atuam em nome do Estado. Dessa forma, não poderá ocorrer a promoção pessoal do agente público pelos atos realizados em sua atividade funcional.



Essa proibição objetiva o cumprimento do princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

Gabarito: B

Comentário:

O **princípio da impessoalidade** está previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 e possui quatro vertentes: cumprimento da finalidade, aplicação da isonomia, vedação de promoção pessoal e o impedimento e a suspeição.

A vedação à promoção pessoal no âmbito da administração pública está vinculada ao **princípio da impessoalidade** e significa que é proibido aos agentes públicos utilizar a máquina pública para promover suas imagens ou interesses pessoais. Isto é, as ações e a publicidade dos órgãos públicos devem ter como objetivo o interesse coletivo, e não a promoção individual de autoridades ou servidores.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

37. A prerrogativa da Administração Pública de punir infrações funcionais de servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, que possuem vínculo jurídico especial com o poder público, está ligada a aplicação do poder:

- a) Regulamentar.
- b) de Polícia.
- c) Hierárquico.
- d) Discricionário.
- e) Disciplinar.

Gabarito: E

Comentário:

O poder disciplinar se refere ao poder conferido à Administração para aplicar penalidades em

decorrência do cometimento de infrações por parte de servidores e de particulares com vínculo especial com o poder público.

Importa ressaltar que o poder disciplinar é caracterizado pela relação de hierarquia entre os agentes superiores e seus subordinados e pela posição de superioridade da administração em relação aos particulares com vínculo especial com o poder público.

Assim, ambos poderão ser punidos através do Poder Administrativo Disciplinar.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

38. No âmbito da Administração Pública Indireta, a Sociedade de Economia Mista pode ser descrita como:

- a) a entidade instituída pelo Poder Público como o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica de direito público ou privado e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado de ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos limites da lei.
- b) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- d) a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.



e) a entidade privada, sem fins lucrativos, que é qualificada pelo Poder Público para realizar atividades de interesse público, como ensino, pesquisa, cultura e saúde.

Gabarito: C

Comentário:

A) ERRADO- A alternativa descreve o conceito de fundação pública.

B) ERRADO- A alternativa descreve o conceito de empresa pública.

C) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! As Sociedades de Economia Mista são empresas estatais (assim como as empresas públicas), mas que possuem características únicas, sendo:

1- O capital social não precisa ser integralmente público (100%), mas majoritariamente público (51% ou +). As Empresas Públicas precisam, necessariamente, de 100% do capital público.

2- Admitem somente a forma de Sociedade Anônima, não admitindo nenhuma outra forma prevista no direito. Já as Empresas Públicas admitem todas as formas, inclusive a própria forma de Sociedade Anônima.

D) ERRADO- A alternativa descreve o conceito de autarquia.

E) ERRADO- A alternativa descreve o conceito de organização social.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

39. Os atos negociais são aqueles em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular, sendo exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade.

Nesse caso, assinale a alternativa que contenha corretamente um exemplo de ato administrativo negocial.

a) Deliberação.

b) Despacho.

c) Atestado.

d) Admissão.

e) Circular.

Gabarito: D

Comentário:

A) ERRADO- A deliberação é um ato administrativo normativo. São atos administrativos normativos ou decisórios adotados por órgãos colegiados, podendo ser atos gerais ou individuais.

B) ERRADO- O despacho é um ato administrativo ordinatório. Eles são decisões proferidas pela autoridade executiva (legislativa ou judiciária, em função administrativa) em requerimentos e processos administrativos sujeitos à sua administração.

C) ERRADO- O atestado é um ato administrativo enunciativo. São atos utilizados pelos agentes ou órgãos públicos para declarar um fato ou situação que tiveram conhecimento. Por exemplo: atestado de vacina, atestado de saúde, atestado de comparecimento, entre outros.

D) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! A admissão é um ato administrativo negocial unilateral e vinculado que concede ao destinatário o direito de receber um serviço público prestado pelo Estado em condições específicas, quando reconhecido o preenchimento dos requisitos legais. O melhor exemplo é a admissão em uma universidade pública. Trata-se de ato administrativo vinculado, uma vez que reconhece um direito subjetivo do destinatário. Logo, atendidos os requisitos, o destinatário do ato tem o direito de exigir a admissão, inexistindo juízo de conveniência e oportunidade.

E) ERRADO- A circular é um ato administrativo ordinatório. São ordens escritas e uniformes expedidas por um superior hierárquico com a finalidade de atingir e orientar os agentes subordinados em relação ao modo ou forma de execução de um serviço. Veiculam regras de caráter concreto, ainda que gerais, uma vez que abrangem uma categoria de subalternos



determinados, encarregados de determinadas atividades.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

40. De acordo com as disposições legais presentes na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o agente público que, dolosamente, celebre um contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária cometerá:

- a) Um fato atípico.
- b) Um ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- c) Um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário público.
- d) Um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- e) Um crime previsto expressamente na Lei de Improbidade Administrativa.

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com o que prevê o Art. 10. “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

XV – celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.”

Atualmente, os atos de improbidade administrativa só se configuram mediante o dolo, não comportando mais a culpa (imperícia, negligência ou imprudência).

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

41. Em um processo judicial que versa sobre a validade de uma doação realizada por um jovem de 17 anos, seus pais alegam que o ato é inválido por vício de capacidade. Contudo, o jovem demonstra estar empregado há mais de um ano como programador em uma empresa de tecnologia, com contrato formal e salário regular, do qual retira seu sustento. Diante desse contexto, à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) O ato é nulo, pois o menor de 18 anos é absolutamente incapaz para praticar atos da vida civil.
- b) O ato é anulável, pois os menores entre 16 e 18 anos somente podem realizar negócios jurídicos com assistência dos pais ou tutor.
- c) O ato é válido, pois o menor adquiriu capacidade plena por força da existência de relação de emprego e economia própria, ainda que sem emancipação formal.
- d) O ato é inválido, pois a emancipação por relação de emprego exige autorização judicial, o que não foi demonstrado.
- e) O ato é ineficaz, pois o menor só se torna plenamente capaz ao completar 18 anos, independentemente de sua condição econômica.

Gabarito: C

Comentário:

- a) **Incorreta.** Segundo o art. 3º do Código Civil, os absolutamente incapazes são apenas os menores de 16 anos. O jovem tem 17 anos e, portanto, não se enquadra nessa categoria.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

- b) **Incorreta.** Embora os maiores de 16 e menores de 18 anos sejam relativamente incapazes (art. 4º, I), a incapacidade cessa nos casos do art. 5º, parágrafo único, como o exercício de atividade profissional com economia própria.



Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

c) **Correta.** O art. 5º, parágrafo único, inciso V do Código Civil estabelece que o menor com 16 anos completos pode ser emancipado pelo estabelecimento de relação de emprego com economia própria, mesmo sem ato formal de emancipação.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

[...]

V- pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

d) **Incorreta.** A emancipação pela relação de emprego com economia própria independe de autorização judicial, conforme o art. 5º, parágrafo único, V.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

[...]

V- pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

e) **Incorreta.** A capacidade plena pode ser adquirida antes dos 18 anos em casos específicos previstos em lei, como o da economia própria mencionada no art. 5º, parágrafo único.

42. Mário, renomado escritor, teve sua imagem exposta em uma campanha publicitária de uma

editora sem ter concedido autorização prévia. A campanha utilizava uma foto sua para promover obras de outros autores, atribuindo-lhe inclusive falsas citações laudatórias. Sentindo-se lesado em sua honra e boa fama, Mário decide ajuizar ação para a cessação da exposição e reparação dos danos. Com base no Código Civil, é correto afirmar que:

a) Mário poderá requerer a proibição da utilização de sua imagem por se tratar de divulgação não autorizada e com finalidade comercial, configurando violação ao seu direito da personalidade.

b) A utilização da imagem de Mário é lícita, pois sua atuação pública como escritor permite o uso de sua imagem para fins comerciais sem autorização.

c) Apenas haveria violação se a imagem de Mário estivesse associada a conteúdo difamatório ou ofensivo, o que não ocorreu no caso.

d) A divulgação é permitida se a editora alegar interesse público na promoção de obras culturais.

e) Mário não poderá pleitear reparação, pois não houve dano material efetivamente comprovado.

Gabarito: A

Comentário:

a) **Correta.** Conforme o art. 20 do Código Civil, a divulgação da imagem de uma pessoa, sem autorização, para fins comerciais, pode ser proibida se atingir sua honra, boa fama ou respeitabilidade.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815)



Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

- b) **Incorreta.** A exposição da imagem com fins comerciais requer autorização, mesmo tratando-se de pessoa pública.
- c) **Incorreta.** A violação ao direito de imagem independe da intenção difamatória.
- d) **Incorreta.** O interesse público não justifica o uso da imagem para fins comerciais sem autorização.
- e) **Incorreta.** A proteção ao direito de imagem é independente da demonstração de dano material.

43. Uma associação civil sem fins lucrativos foi constituída por um grupo de profissionais com o objetivo de promover educação ambiental. Com o tempo, seus administradores começaram a utilizar os recursos da entidade para cobrir despesas pessoais e realizar transações financeiras em benefício próprio. Diante dessa situação, e à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A confusão entre os bens da associação e dos administradores não autoriza qualquer medida judicial contra estes, dada a autonomia da pessoa jurídica.
- b) Apenas o Ministério Público poderá propor ação visando à responsabilização pessoal dos administradores, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.
- c) A responsabilização dos administradores dependerá da demonstração de prejuízo efetivo à associação.
- d) A responsabilidade pessoal dos administradores só ocorre se houver dissolução da entidade.
- e) É possível desconsiderar a personalidade jurídica da associação e estender os efeitos das obrigações aos administradores, diante da confusão patrimonial constatada.

Gabarito: E

Comentário:

- a) **Incorreta.** O art. 50 permite a desconsideração da personalidade jurídica em caso de abuso, incluindo confusão patrimonial.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:

- I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;*
- II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e*
- III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.*

[...]

- b) **Incorreta.** Qualquer parte interessada pode requerer a desconsideração, não sendo atribuição exclusiva do Ministério Público.
- c) **Incorreta.** A responsabilização pode ocorrer mesmo sem prejuízo direto à entidade, se presentes os requisitos legais.
- d) **Incorreta.** A desconsideração pode ocorrer independentemente da dissolução da entidade.
- e) **Correta.** O art. 50, § 2º do Código Civil prevê expressamente que a confusão patrimonial autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.



44. Maria, de 67 anos, vive em uma instituição de longa permanência para idosos. Sua filha pretende firmar um contrato com a instituição em nome da mãe, autorizando o custeio da estadia com parte do benefício previdenciário que Maria recebe. A instituição, por sua vez, exige que esse contrato seja firmado pela própria idosa, independentemente de sua capacidade civil. À luz do Estatuto da Pessoa Idosa, é correto afirmar que:

- a) A exigência da instituição é legítima, pois a idosa deve ser a única responsável por firmar contratos que envolvam seu patrimônio.
- b) A filha só poderá assinar o contrato se comprovar dependência econômica da mãe.
- c) A exigência é nula, já que qualquer parente pode firmar o contrato.
- d) A filha poderá firmar o contrato, caso Maria seja considerada incapaz, na qualidade de representante legal.
- e) O contrato é desnecessário em se tratando de entidade filantrópica.

Gabarito: D

Comentário:

- a) **Incorreta.** A assinatura da própria idosa só é obrigatória se ela for capaz; caso contrário, um representante legal pode assumir.
- b) **Incorreta.** A dependência econômica não é condição para representação legal.
- c) **Incorreta.** Não é qualquer parente que pode firmar o contrato; é necessário ter legitimidade legal.
- d) **Correta.** O art. 35, §3º prevê que, se a pessoa idosa for incapaz, o contrato será firmado por seu representante legal.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidade filantrópica, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação da pessoa idosa no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º deste artigo, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput deste artigo.

- e) **Incorreta.** O contrato é exigido em qualquer entidade, inclusive filantrópica (art. 35, caput).

45. Mariana, pessoa com deficiência auditiva, foi impedida de participar de uma audiência pública municipal por não haver intérprete de Libras disponível no local. Alegando discriminação, acionou o Ministério Público para garantir seu direito de participação. Diante dessa situação, conforme a LEI Nº 13.146/ 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que:

- a) A presença de intérprete de Libras é exigência apenas em instituições educacionais, não em eventos públicos.
- b) A realização da audiência sem intérprete é regular, desde que as falas estejam transcritas em tempo real.
- c) A ausência de intérprete de Libras constitui barreira comunicacional e caracteriza violação ao direito de participação da pessoa com deficiência.
- d) A disponibilização de intérprete é opcional e deve ser solicitada com antecedência mínima de 15 dias.
- e) O direito à participação está condicionado ao uso de tecnologias pessoais, como aplicativos de transcrição.

Gabarito: C

Comentário:



- a) **Incorreta.** O direito à acessibilidade comunicacional se aplica a todos os espaços e eventos públicos.
- b) **Incorreta.** A transcrição não substitui o direito à comunicação plena pela língua de sinais.
- c) **Correta.** Conforme art. 3º, IV, "d" e V, a ausência de intérprete caracteriza barreira nas comunicações e informação, violando o direito à participação social.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...]

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

[...]

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

[...]

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

- d) **Incorreta.** A acessibilidade deve ser garantida independentemente de solicitação prévia.

- e) **Incorreta.** O uso de tecnologia pessoal não exime o poder público de assegurar os meios necessários à comunicação inclusiva.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Em determinada comarca, Marcos, microempreendedor individual, propôs ação contra fornecedor de equipamentos eletrônicos, pleiteando indenização por danos materiais no valor de R\$8.000,00, decorrente do fornecimento de produtos defeituosos. A demanda foi ajuizada no Juizado Especial Cível. Na audiência inicial, Marcos compareceu desacompanhado de advogado, sendo o réu representado por preposto de pessoa jurídica. Diante da situação descrita e à luz da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) Marcos não poderia ajuizar a ação no Juizado Especial por ser microempreendedor individual, categoria vedada nesse procedimento.
- b) A ausência de advogado por parte de Marcos torna o processo nulo, pois sua presença é obrigatória, independentemente do valor da causa.
- c) O fato de o réu ser pessoa jurídica impõe a Marcos o dever de estar assistido por advogado, sob pena de nulidade absoluta.
- d) Marcos tem o direito de assistência judiciária gratuita prestada por órgão junto ao Juizado, caso deseje, dada a presença do advogado do réu.
- e) O preposto da pessoa jurídica ré não poderia ser admitido sem vínculo empregatício, ainda que munido de carta de preposição.

Gabarito: D

Comentário:

Para responder essa questão, vamos ver os Arts. 8º e 9º:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as



peças jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999;

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 2º O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

Art. 9º Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

§ 1º Sendo facultativa a assistência, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

§ 2º O Juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.

§ 3º O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

§ 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

a) **Incorreta.** O art. 8º, §1º, II da Lei nº 9.099/1995 admite expressamente a atuação de microempreendedores individuais no Juizado Especial.

b) **Incorreta.** Conforme o art. 9º, caput, nas causas de até 20 salários mínimos, como é o caso (R\$ 8.000,00), a assistência de advogado é facultativa.

c) **Incorreta.** A parte autora tem direito à assistência judiciária, mas a falta de advogado não acarreta nulidade. O art. 9º, §1º prevê a possibilidade de assistência pelo Juizado.

d) **Correta.** Segundo o art. 9º, §1º, se o réu comparecer representado por advogado ou for pessoa jurídica, a parte contrária poderá ser assistida por advogado público do Juizado.

e) **Incorreta.** O art. 9º, §4º permite expressamente que o réu, pessoa jurídica, seja representado por preposto sem vínculo empregatício, desde que munido de carta de preposição com poderes para transigir.

47. No curso de uma ação cível, João, regularmente citado, apresenta contestação em que alega sua ilegitimidade passiva e afirma desconhecer a identidade do verdadeiro responsável pelos fatos descritos na inicial. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre a contestação, assinale a alternativa correta:

a) O juiz determinará a extinção do processo sem resolução do mérito, dada a ilegitimidade passiva.

b) João poderá ser excluído do polo passivo, independentemente de ressarcimento de despesas.

c) A alegação de ilegitimidade afasta o dever do réu de indicar o sujeito passivo da relação jurídica.

d) O juiz intimará o autor para emendar a inicial e incluir novo pedido de tutela provisória.

e) O réu que alega ilegitimidade deve indicar o sujeito passivo, se souber, sob pena de arcar com despesas processuais e indenizar o autor.

Gabarito: E



Comentário:

a) Incorreta. A extinção não é automática; o juiz poderá facultar ao autor a substituição do réu (art. 338, caput).

Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Parágrafo único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.

b) Incorreta. A exclusão do réu requer substituição e pagamento de despesas pelo autor.

c) Incorreta. A lei exige a indicação do sujeito passivo, se o réu tiver conhecimento (art. 339, caput).

Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

d) Incorreta. A substituição do réu não implica, necessariamente, novo pedido de tutela.

e) Correta. O art. 339 dispõe que a omissão nessa indicação impõe ao réu a responsabilidade por despesas e indenizações.

48. A atuação do Ministério Público, segundo o Código de Processo Civil, no papel de fiscal da ordem jurídica, abrange:

a) Apenas os casos em que há incapazes, devido à necessidade de proteção especial a este grupo.

b) Qualquer processo em que haja participação da Fazenda Pública, independentemente de interesse público ou social.

c) Processos previstos em lei ou na Constituição que envolvam interesse público, incapazes ou litígios coletivos pela posse de terra.

d) Todos os processos judiciais que envolvam direitos indisponíveis, independentemente de previsão legal específica.

e) O Ministério Público pode atuar como fiscal da ordem jurídica apenas quando for parte no processo ou houver expressa solicitação judicial.

Gabarito: C**Comentário:**

Os artigos 176 a 181 do CPC tratam do Ministério Público. Na questão em tela, vamos ver o que dispõe o Art. 178:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

a) Incorreta. Embora o Ministério Público atue na defesa dos incapazes, sua intervenção não se limita a esses casos, como disposto no art. 178, incisos I a III.

b) Incorreta. A participação da Fazenda Pública, por si só, não caracteriza hipótese de intervenção do Ministério Público, conforme o parágrafo único do art. 178.

c) Correta. O art. 178 determina que o Ministério Público deve intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses legais e constitucionais que



envolvam interesse público ou social, interesse de incapazes ou litígios coletivos pela posse de terras.

d) **Incorreta.** Nem todos os processos que envolvem direitos indisponíveis demandam, necessariamente, a intervenção do Ministério Público, sendo indispensável a previsão legal ou constitucional.

e) **Incorreta.** A atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica não depende de ser parte no processo nem de solicitação judicial. Sua intervenção é obrigatória nos casos previstos em lei ou na Constituição, conforme dispõe o art. 178 do Código de Processo Civil, independentemente de provocação.

49. Durante o trâmite de uma ação, comprova-se que o réu é curatelado e não foi representado por curador legal. Com base na legislação processual civil:

a) O juiz deve prosseguir normalmente, sem interferir na representação.

b) Deve nomear imediatamente um defensor dativo, sem suspensão do processo.

c) O vício poderá ser sanado apenas com o consentimento das partes.

d) O juiz suspenderá o processo e nomeará curador especial para o incapaz até a regularização da representação.

e) A nulidade será declarada somente se houver prejuízo manifesto às partes.

Gabarito: D

Comentário:

a) **Incorreto.** Não é possível prosseguir sem representação adequada.

b) **Incorreto.** A curadoria especial não é substituída por defensor dativo neste caso.

c) **Incorreto.** A curatela do incapaz é obrigatória e não depende de acordo.

d) **Correto.** Conforme art. 72, I, o juiz nomeia curador especial ao incapaz enquanto durar a incapacidade. O art. 76 prevê suspensão do processo para sanear a representação legal.

Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao:

I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;

[...]

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

e) **Incorreto.** Trata-se de questão de capacidade, que exige imediata correção, não só a demonstração de prejuízo.

50. De acordo com as normas sobre intimações previstas no Código de Processo Civil, marque a assertiva correta:

a) A intimação realizada por meio eletrônico dispensa a aplicação das regras gerais previstas para o Ministério Público e a Defensoria Pública.

b) É permitido que os advogados promovam intimações diretamente por correio, desde que instruem o ofício com cópia do despacho, decisão ou sentença.

c) A grafia abreviada dos nomes das partes é permitida nas publicações do órgão oficial, desde que não gere confusão com outras partes do processo.

d) Caso o advogado retire os autos do cartório ou secretaria em carga, é imprescindível que aguarde a publicação oficial para que a intimação seja considerada válida.

e) As intimações por meio eletrônico somente produzem efeitos após a manifestação expressa da parte intimada, independentemente do decurso de prazo.

Gabarito: B

Comentário:



a) Incorreta. Conforme o parágrafo único do art. 270, as intimações eletrônicas também se aplicam ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública, sem exclusão das regras gerais.

Art. 270. As intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei.

Parágrafo único. Aplica-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública o disposto no § 1º do art. 246.

b) Correta. O § 1º do art. 269 autoriza os advogados a promoverem intimações por correio, desde que anexem aos autos o ofício com a respectiva cópia do despacho, decisão ou sentença, conforme o § 2º.

Art. 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

§ 1º É facultado aos advogados promover a intimação do advogado da outra parte por meio do correio, juntando aos autos, a seguir, cópia do ofício de intimação e do aviso de recebimento.

§ 2º O ofício de intimação deverá ser instruído com cópia do despacho, da decisão ou da sentença.

c) Incorreta. O § 3º do art. 272 determina expressamente que a grafia dos nomes das partes nas publicações não deve conter abreviaturas.

Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

[...]

§ 3º A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas.

d) Incorreta. De acordo com o § 6º do art. 272, a retirada dos autos do cartório ou secretaria implica a intimação do advogado, mesmo que a publicação oficial ainda esteja pendente.

Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

[...]

§ 6º A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo advogado, por pessoa credenciada

a pedido do advogado ou da sociedade de advogados, pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.

e) Incorreta. Nos termos do art. 270, parágrafo único, e do art. 273, § 1º, do CPC, a intimação eletrônica é considerada realizada no dia em que o intimado efetivar a leitura da intimação eletrônica, ou, automaticamente, no prazo de 3 dias úteis após o envio, mesmo que não haja manifestação expressa da parte.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

51. A vedação constitucional sobre a aplicação de penas de trabalho forçado e prisão perpétua buscam cumprir o princípio da:

- a) Proporcionalidade.
- b) Humanidade.
- c) Lesividade.
- d) Taxatividade.
- e) Determinação.

Gabarito: B

Comentário:

O **princípio da humanidade** é um dos pilares fundamentais do Direito Penal brasileiro, garantindo que a aplicação das penas respeite a dignidade da pessoa humana e proíba qualquer forma de tratamento cruel, desumano ou degradante.

Esse princípio está consagrado na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 1º, III, 5º, XLVII e XLIX.

São modalidades de penas não admitidas em nosso ordenamento (art. 5º, XLVII, CF):

- pena de morte (salvo em caso de guerra declarada);



- penas cruéis;
- tortura;
- castigos corporais;
- trabalho forçado;
- banimento;
- prisão perpétua.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

52. De acordo com o entendimento doutrinário, é correto afirmar que, para a teoria finalista, o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado está inserido no âmbito da(o):

- a) Fato típico.
- b) Illicitude.
- c) Culpabilidade.
- d) Antijuridicidade.
- e) Punibilidade.

Gabarito: A

Comentário:

De acordo com a teoria analítica de crime, na visão finalista, temos como primeiro elemento do crime **o fato típico** (ou ação típica), que é composto pelos seguintes elementos:

- conduta dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva;
- resultado;
- nexo de causalidade entre a conduta e o resultado;
- tipicidade (formal e conglobante).

Já a ilicitude, também chamada de “antijuridicidade”, se traduz na ideia de contrariedade entre a conduta do agente e o ordenamento jurídico.

Por fim, a culpabilidade é o juízo de reprovação pessoal que se faz sobre a conduta ilícita do agente. São elementos integrantes da culpabilidade, de acordo com a concepção finalista:

- imputabilidade;
- potencial consciência sobre a ilicitude do fato;

- exigibilidade de conduta diversa.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

53. No âmbito do Direito Penal, a perempção:

- a) se refere à perda do poder de exercer um direito devido à inação de seu titular, excluindo a ilicitude do crime.
- b) é responsável por fazer o Estado determinar que as condutas praticadas pelos agentes não sejam consideradas crimes, excluindo a culpabilidade dos agentes.
- c) é a desistência do ofendido de exercer seu direito de seguir na persecução penal, excluindo a punibilidade dos agentes.
- d) é a perda do direito de ajuizar a ação pelo extrapolar do prazo, excluindo a punibilidade dos agentes.
- e) ocorre quando o querelante deixa de realizar atos processuais sem motivos justificados, excluindo a punibilidade dos agentes.

Gabarito: E

Comentário:

A) ERRADO- A alternativa descreve a prescrição. No contexto do Direito Penal, ela se manifesta como a perda da capacidade de aplicar uma pena ao infrator ou executar a pena imposta ao condenado, devido ao transcurso do tempo.

B) ERRADO- A alternativa descreve a anistia. Quem concede a anistia é o poder Legislativo e esta pode ser conferida a qualquer momento, fazendo cessar todos os efeitos penais da condenação.

C) ERRADO- A alternativa descreve a renúncia. A renúncia penal é um ato unilateral pelo qual o ofendido (vítima) abdica do seu direito de exercer a ação penal privada, ou seja, de apresentar a queixa-crime contra o autor do crime.

D) ERRADO- A alternativa descreve a decadência. A decadência refere-se à perda do direito de ação (de representar ou de propor a queixa-crime) por parte do ofendido, em razão do decurso do tempo fixado por lei



E) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! A perempção penal é uma causa extintiva da punibilidade que ocorre nas ações penais privadas, quando o querelante (autor da queixa-crime) demonstra inércia ou desinteresse em prosseguir no processo.

OBS: A prescrição, a anistia, a renúncia, a decadência e a perempção são causas excludentes de punibilidade, previstas expressamente no artigo 107 do Código Penal.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

54. De acordo com o Código Penal, é considerado um crime praticado por particular contra a Administração em Geral o delito de:

- a) Corrupção passiva.
- b) Prevaricação.
- c) Concussão.
- d) Corrupção ativa.
- e) Facilitação de contrabando.

Gabarito: D

Comentário:

A) ERRADO- O crime de corrupção passiva está previsto expressamente no Código Penal, no capítulo I (Dos Crimes Praticados Por Funcionário Público Contra a Administração Em Geral). Vejamos: Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

B) ERRADO- O crime de prevaricação está previsto expressamente no Código Penal, no capítulo I (Dos Crimes Praticados Por Funcionário Público Contra a Administração Em Geral). Vejamos: Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

C) ERRADO- O crime de concussão está previsto expressamente no Código Penal, no capítulo I (Dos

Crimes Praticados Por Funcionário Público Contra a Administração Em Geral). Vejamos: Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

D) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! O crime de corrupção ativa é o único dentre as alternativas acima que está previsto no capítulo II, Título XI do Código Penal. Veja: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

E) ERRADO- O crime de facilitação de contrabando está previsto expressamente no Código Penal, no capítulo I (Dos Crimes Praticados Por Funcionário Público Contra a Administração Em Geral). Vejamos: Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334).

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

55. Sobre as disposições legais presentes na Lei nº 7.716/1989, julgue as assertivas a seguir:

- I- Esta Lei abrange os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de religião.
- II- O crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional tem a pena aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.
- III- Exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia em anúncios de recrutamento, quando não justificados pelas atividades do cargo, configura crime de discriminação racial.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.



Gabarito: E

Comentário:

I- CERTO- De acordo com o que dispõe o Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, **religião** ou procedência nacional.”

II- CERTO- A assertiva está de acordo com o que prevê o Art. 2º-A, Parágrafo único. “A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.”

III- CERTO- Está em conformidade com o Art. 4º, § 2º: “Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

de acordo com as normas de competência estabelecidas em lei.

Isso impede a criação de tribunais de exceção e a escolha arbitrária de um juiz para julgar um caso específico, assegurando a imparcialidade e a isenção da decisão.

Assim, o princípio do juiz natural busca garantir um julgamento justo e imparcial, proibindo a criação de órgãos judiciais especiais e a escolha de juízes de forma arbitrária para julgar casos específicos.

Veja que esse princípio possui previsão constitucional (Art. 5º, LIII, CF/88).

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

57. No âmbito do inquérito policial, é correto afirmar que, em se tratando de crime de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial deve instaurar o Inquérito Policial sempre que tiver notícia da prática de um delito desta natureza.

Essa característica do Inquérito Policial é denominada de:

- a) Inquisitorialidade.
- b) Oficiosidade.
- c) Oficialidade.
- d) Indisponibilidade.
- e) Dispensabilidade.

Gabarito: B

Comentário:

Vamos aproveitar que o tema “inquérito policial” é muito cobrado em provas e vamos revisar os principais pontos acerca de suas características:

1- Procedimento administrativo: trata-se de etapa pré-processual, não sendo fase do processo. Dessa característica decorre o fato de que eventual irregularidade ocorrida durante a investigação não gera nulidade do processo, conforme já decidiu o STJ no julgamento do AgRg no HC 235840/SP;

2- Inquisitorialidade: No inquérito não há acusação, posto que se trata de procedimento para

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

56. De acordo com o Art. 5º, inciso LIII da CF/88, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Esse dispositivo constitucional exterioriza o conceito do princípio da(o):

- a) Juiz natural.
- b) Devido processo legal.
- c) Contraditório.
- d) Ampla defesa.
- e) In dubio pro reo.

Gabarito: A.

Comentário:

O princípio do juiz natural, no processo penal, garante que a pessoa seja julgada por um juiz ou tribunal competente, já previamente designado,



investigar determinado ato. Por consequência, não há direito ao contraditório nem à ampla defesa;

3- Oficiosidade: Em se tratando de crime de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial deve instaurar o Inquérito Policial sempre que tiver notícia da prática de um delito desta natureza;

4- Oficialidade: O IP é conduzido por um órgão oficial do Estado, qual seja, a Polícia Judiciária;

5- Procedimento escrito: Todos os atos produzidos no bojo do IP deverão ser escritos, e reduzidos a termo aqueles que forem orais;

6- Indisponibilidade: Uma vez instaurado o IP, não pode a autoridade policial arquivá-lo;

7- Dispensabilidade: O Inquérito Policial é dispensável, ou seja, não é obrigatório. Caso o Ministério Público já possua elementos aptos a subsidiar o oferecimento da denúncia, não será necessária a obrigatoria a instauração do inquérito policial.

8- Sigiloso: O inquérito é sempre sigiloso em relação às pessoas do povo em geral. No entanto, não é sigiloso quanto aos envolvidos na investigação.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

58. Em relação ao Acordo de Não Persecução Penal-ANPP, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É um negócio jurídico celebrado entre o Ministério Público e o investigado antes do início da ação penal.

b) É formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor, sendo posteriormente submetido à homologação pelo Poder Judiciário.

c) Caso o investigado cumpra integralmente as condições impostas, o juízo competente decretará a extinção da punibilidade.

d) Para a sua formalização, a infração penal cometida deve ter pena máxima inferior a 4 anos.

e) Para que seja cabível um Acordo de Não Persecução Penal, é essencial que não seja cabível a transação penal.

Gabarito: D

Comentário:

Dentre as alternativas acima, somente a LETRA D está incorreta. Vejamos a seguir o erro da alternativa D:

O Código de Processo Penal elenca 10 requisitos para o ANPP:

- 1) não ser o caso de arquivamento – Se não houver justa causa para o oferecimento da ação penal, deve o MP pedir o arquivamento do inquérito policial ou investigação criminal e não oferecer o acordo;
- 2) confissão por parte do investigado – o investigado deve ter confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal;
- 3) a infração penal deve ter sido cometida sem violência e sem grave ameaça;

4) a infração penal cometida deve ter pena mínima inferior a 4 anos;

- 5) o acordo deve ser necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime;
- 6) não deve ser cabível a transação penal (art. 28-A, § 2º, I do CPP) – como se trata de benefício mais vantajoso ao investigado, se for cabível a transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/95), o MP não deve propor o ANPP;
- 7) o investigado deve ser primário – se o investigado for reincidente não se aplica o acordo (art. 28-A, § 2º, II do CPP);
- 8) não pode haver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas (art. 28-A, § 2º, III do CPP);
- 9) o agente não pode ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo (art. 28-A, § 2º, IV do CPP);



10) a infração praticada não pode estar submetida à Lei Maria da Penha(art. 28-A, § 2º, IV do CPP).

Veja que o que se leva em consideração para o ANPP é a pena mínima do delito, não a pena máxima. Assim, o crime que possuir a pena mínima inferior a 4 anos admitirá, desde que cumpridos os demais requisitos, à realização do ANPP.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

59. Considere que Arnaldo, Beto, Caio, Douglas e Evandro sejam brasileiros que estejam foragidos da polícia, visto que cometeram diferentes tipos de delitos. Sendo que:

- Arnaldo cometeu o crime de homicídio culposo.
- Beto cometeu o crime de furto qualificado.
- Caio cometeu o crime de tráfico de drogas.
- Douglas cometeu o crime de epidemia com resultado de morte.
- Evandro cometeu um crime contra o sistema financeiro.

Sabe-se que as autoridades judiciais decretaram a prisão temporária dos cinco suspeitos.

Nesse caso, à luz das disposições legais previstas na Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que, cumpridos os demais requisitos legais:

- a) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Arnaldo e Beto, somente.
- b) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Caio e Douglas, somente.
- c) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Evandro e Caio, somente.
- d) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Douglas e Arnaldo, somente.
- e) A prisão temporária só será cabível em relação aos crimes cometidos por Caio, Douglas e Evandro, somente.

Gabarito: E

Comentário:

De acordo com o que dispõe o Art. 1º: “Caberá prisão temporária:

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

- a) homicídio doloso ([art. 121, caput, e seu § 2º](#));
- b) seqüestro ou cárcere privado ([art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º](#));
- c) roubo ([art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º](#));
- d) extorsão ([art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º](#));
- e) extorsão mediante seqüestro ([art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º](#));
- f) estupro ([art. 213, caput](#), e sua combinação com o [art. 223, caput, e parágrafo único](#)); ([Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940](#))
- g) atentado violento ao pudor ([art. 214, caput](#), e sua combinação com o [art. 223, caput, e parágrafo único](#)); ([Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940](#))
- h) rapto violento ([art. 219](#), e sua combinação com o [art. 223 caput, e parágrafo único](#)); ([Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940](#))
- i) epidemia com resultado de morte ([art. 267, § 1º](#));
- j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte ([art. 270, caput](#), combinado com [art. 285](#));
- l) quadrilha ou bando ([art. 288](#)), todos do Código Penal;
- m) genocídio ([arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956](#)), em qualquer de sua formas típicas;
- n) tráfico de drogas ([art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976](#));
- o) crimes contra o sistema financeiro ([Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986](#)).
- p) crimes previstos na Lei de Terrorismo.”

Veja que os crimes de homicídio culposo e furto qualificado não estão presentes no Artigo 1º da Lei nº 7.960/1989 e, assim, Arnaldo e Beto não



poderão ser presos temporariamente pelos delitos cometidos.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

60. Henrique foi renovar sua Carteira Nacional de Habilitação no Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e, por estar extremamente irritado com a demora e o atendimento dispensados pelos agentes públicos do local, se dirigiu ao balcão e xingou, repetidamente, um funcionário público que estava no expediente. Assim, foi denunciado pelo Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, pelo crime de desacato. Porém, a autoridade judicial rejeitou a denúncia do Parquet, uma vez que considerou que não havia justa causa para o exercício da ação penal.

Nesse caso, é correto afirmar que o recurso ideal para o Ministério Público recorrer da rejeição da denúncia é a(o):

- a) Apelação.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Recurso ordinário.
- d) Embargos de declaração.
- e) Recurso extraordinário.

Gabarito: A

Comentário:

Cuidado para não confundir a apelação com o Recurso em sentido estrito- RESE.

Vejamos a diferença de aplicação de ambos:

- 1- Juizado Especial Criminal- De acordo com o que dispõe o Art. 82. Lei 9.099/95: "Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá **apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado."
- 2- Código de Processo Penal- De acordo com o Art. 581: "Caberá recurso, no sentido estrito, da

decisão, despacho ou sentença: I - que não receber a denúncia ou a queixa."

Assim, temos que o recurso cabível para recorrer da rejeição de denúncia/queixa será:

JECRIM- Apelação.

CPP- RESE.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.





Redação

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.



Proposta de Solução

Nos últimos anos, o termo “epidemia de ansiedade” deixou de ser apenas uma expressão retórica e passou a designar uma realidade concreta, especialmente entre os jovens. Dados da OMS confirmam a magnitude do problema, mas as causas são multifatoriais e exigem análise crítica. Compreender esse cenário demanda, portanto, a articulação de diferentes dimensões: os efeitos da hiperconectividade digital, a cultura da produtividade extrema e a fragilização dos vínculos afetivos e sociais.

Inicialmente, é notável o papel da hiperconectividade na amplificação dos estados ansiosos. Com efeito, as redes sociais criaram um ambiente de exposição contínua, no qual a vida alheia – editada, filtrada e estetizada – se impõe como parâmetro de comparação. Nesse contexto, o sujeito moderno se vê constantemente insuficiente, pressionado a performar uma existência ideal. Como alerta o filósofo Byung-Chul Han, vive-se sob o império da transparência e da positividade, que transforma a liberdade em autoexploração e o prazer em cobrança. O tempo fragmentado das notificações, somado à lógica dos algoritmos, alimenta a dispersão, impede o repouso mental e faz da ansiedade um sintoma da era digital.

Além disso, a cultura da produtividade e da excelência precoce fomenta um estado constante de alerta. A promessa de meritocracia, que atribui valor ao desempenho individual, gera um ambiente competitivo desde a infância. O fracasso, nesse modelo, não é mais uma etapa do aprendizado, mas uma ameaça à própria identidade. Em ambientes escolares e profissionais, multiplica-se a lógica do “nunca é suficiente”, convertendo cada meta alcançada em novo patamar de cobrança. A sociedade do cansaço, como descreve Han, é marcada por indivíduos que adoecem não por imposições externas, mas por pressão autoinduzida. A ansiedade, nesse cenário, não é exceção, é a norma.

Por fim, o enfraquecimento dos laços comunitários e afetivos contribui decisivamente para a sensação de desamparo. A individualização radical da vida contemporânea dissolveu formas tradicionais de pertencimento e apoio mútuo. A família, a escola e mesmo as amizades presenciais cedem espaço à lógica das conexões utilitárias e da comunicação superficial. O sujeito pós-moderno, isolado mesmo em meio à multidão virtual, perde referenciais de estabilidade e segurança emocional. Em consequência, diante das incertezas políticas, econômicas e existenciais, a ansiedade torna-se uma forma de reação crônica ao desamparo social.

Portanto, a ansiedade que marca a contemporaneidade não é fruto de uma fragilidade individual, mas a expressão de uma sociedade marcada pela hiperconectividade, pela comparação constante e pelo esvaziamento dos vínculos humanos. Em meio à lógica do



desempenho, o sujeito é convocado a ser eficiente, feliz e bem-sucedido – e, ironicamente, é exatamente por isso que adoece.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.